



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE / 2019

No dia doze de março do ano de dois mil e dezenove, às 14 h, na sala de reunião da Diretoria-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no 13º andar, da Avenida do Contorno n.4631, reuniram-se os seguintes integrantes do Grupo Estratégico, Douglas Eros Pereira Rangel, Diretor-Geral, Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Ludmila Pinto da Silva, Secretária-Geral da Presidência; Vinicius Moreira de Lima, Assessor da Vice-Corregedoria Regional; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Ana Rita Gonçalves Lara, Diretora de Administração; Adriana Spinelli, Secretária de Comunicação Social; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Renata Maria de Saft Andrade Carneiro, representando a Secretária da Escola Judicial; Marília Souza Diniz Alves, Diretora de Orçamento e Finanças; Marina Milagres Braz de Vasconcelos, apresentando a Diretora de Gestão de Pessoas e Sandra Pimentel Mendes, Secretária de Gestão Estratégica. Além dos integrantes do grupo estratégico acima mencionados, participaram também o Juiz Diretor do Foro de BH, Dr. Leonardo Passos Ferreira e os seguintes servidores: Antônio Claudio dos Santos Rosa, Secretário de Controle Interno; Ronaldo da Silva, Secretária de Comunicação Social; Bruno Pereira Torrozo, Igor Daniel Costa Jones, Juliana Aparecida Ribeiro, Liegia Maciel de Oliveira, Patrícia Helena dos Reis, Renata Franco Nunes, Thais da Costa Cruz e Victor Aubin Verzani Souza da Secretária de Gestão Estratégica. Os trabalhos foram abertos pela Secretária de Gestão Estratégica, Sandra Pimentel Mendes, que agradeceu a presença de todos e apresentou a pauta: Análise de dados pela Seção de Estatística, deliberações da RAE anterior, Resultados de 2018, Revisão da Resolução n.24 de 24/07/2015 e gestão de dados administrativos. Sandra Pimentel aproveitou a oportunidade para parabenizar pelo alcance do Selo Diamante - Justiça em Números, por entender que o esforço coletivo que permitiu o TRT-MG alcançar honrosa classificação. Ato contínuo, o servidor da Seção de Planejamento e Estatística, Victor Aubin, apresentou alguns dados coletados no Sistema e-Gestão que sintetizaram as estatísticas apuradas nas 1ª e 2ª instâncias deste Tribunal. No primeiro slide (produtividade na fase de conhecimento), verificou-se uma queda significativa nos casos novos e na taxa de solução de processos solucionados sem exame de mérito, e também se observou um crescimento na taxa de finalização, que é a quantidade de processos finalizados dividido pelos casos novos, resultados esses que aconteceram graças a grande queda no recebimento processual. No segundo slide (acervo na fase de conhecimento), verificou-se quedas expressivas nos processos pendentes de solução, de baixa e de finalização, assim como nos processos baixados. Um destaque para a queda no acervo que já está refletindo os efeitos da queda de recebimento processual. Um outro ponto destacado foi a queda não expressiva na taxa de congestionamento, que não acompanhou a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

queda do acervo, devido à queda nos processos baixados. No terceiro slide (fase de liquidação), observou-se uma queda na taxa de finalização, enquanto se teve um aumento na taxa de congestionamento, nos processos pendentes de finalização, na taxa de encerramento da liquidação e na liquidação iniciada, o que faz muito sentido, pois são variáveis diretamente proporcionais e inversamente proporcionais à taxa de congestionamento. Nessa fase não se verificou impacto na queda de casos novos. No quarto slide (fase de execução), foi a fase que apresentou os melhores resultados, obteve-se um crescimento expressivo na taxa de finalização e nas execuções baixadas, finalizadas e encerradas. E uma queda significativa na sua taxa de congestionamento como o aumento nas execuções iniciadas. Aqui também não se observou um reflexo da baixa movimentação processual. No quinto slide (Prazo médio no 1º grau), notou-se um crescimento expressivo nos prazos do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e até o arquivamento definitivo, como para o prazo do início até a extinção da execução. No sexto slide (2º grau), observou-se um aumento expressivo na quantidade de processos baixados, assim como nos pendentes de solução e de baixa. Porém, ressaltou-se a pequena queda na taxa de congestionamento. No sétimo slide (prazo médio - 2º grau), verificou-se um aumento expressivo no prazo da autuação até a baixa, e uma queda significativa no prazo da autuação até julgamento. No oitavo slide (reflexo da reforma trabalhista no primeiro grau), foi feito um estudo comparando a partir de dezembro/17 até novembro/18 (período em que foi oficializada a reforma) a fim de mensurar a variação percentual nesses meses com os respectivos meses anteriores a reforma. Notou-se uma queda expressiva em todos esses meses. Fortalecendo as evidências de que essas quedas continuarão a acontecer nos próximos meses. No nono slide (reflexo da reforma trabalhista no segundo grau), foi feito esse mesmo estudo para a segunda instância e não se observou um impacto da reforma trabalhista em seu recebimento processual. A Secretária de Gestão Estratégica ressaltou a importância do correto lançamento dos movimentos processuais para que a apuração dos resultados seja fidedigna a efetiva movimentação dos processos trabalhistas nas unidades de 1º e 2º graus. Dando continuidade, Patrícia Reis, explanou a respeito das deliberações da RAE anterior, a saber: 1) publicada a Resolução n. 183/2018 que aprova a revisão do Plano Estratégico 2015-2020; 2) todas as unidades cumpriram rigorosamente os prazos para que as planilhas de acompanhamento das metas nacionais fossem inseridas no SIGEST em julho/2018, outubro/2018 e janeiro/2019) e 3) em relação a situação das entregas do Projeto Estratégico Otimização do Processo de Aquisição pode-se dizer: I- Manual de Aquisições não entregue; II) EAD não disponibilizado (trilha sendo desenvolvida pela Escola Judicial em novo projeto) e III) Plano de Aquisição aprovado e publicado. Ana Rita Gonçalves Lara esclareceu que o atraso na entrega do Manual de Aquisições se deu em virtude da necessidade de revisão por diversas unidades, sem falar dos ajustes que estão sendo avaliados em relação ao papel da DADM no fluxo do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

processo de aquisição, com foco na governança. Soma-se a opção pela construção de normativo específico para as aquisições, o que gera a necessidade de alinhá-lo as informações constantes do supracitado manual. Esclareceu, ainda, que tais atividades são entregas do Projeto Governança de Aquisições. Renata Safe disse que o curso EAD está sendo elaborado e o atraso se deve em razão da licença médica do servidor responsável. Igor Jones, esclareceu, também que foi negociado com a Escola Judicial a disponibilização de treinamentos em outros formatos, para além do EAD, com a construção de uma trilha de aprendizagem específica. Na sequência, Patrícia Reis apresentou os resultados do Plano Estratégico do Regional, destacando que o percentual de objetivos estratégicos que tiveram as metas relacionadas alcançadas foi de 50%, 21% dos objetivos obtiveram metas parcialmente alcançadas, 29% de metas relacionadas não alcançadas, desempenho inferior ao de 2017, cujos valores foram 64%, 14% e 22%, respectivamente. Para oferecer dados mais detalhados, Patrícia Reis passou a descrever a situação dos indicadores estratégicos, destacando que 58% tiveram suas metas cumpridas, 15% ficaram com as metas próximas dos valores estipulados para cumprimento, 23% dos indicadores não tiveram suas metas cumpridas e 5% ficaram sem aferição, por impossibilidade de medição. Na busca de fomentar a participação das unidades e promover uma discussão ampliada da análise do desempenho estratégico, na presente RAE foram apresentados alguns indicadores que se encontram com o farol vermelho e discutidas propostas de melhoria na tentativa de alavancar os resultados. Foram eles: Indicador 24A - Número de acessos às redes sociais, ao *Youtube* e às notícias e banners publicados no site do Tribunal: Adriana Spinelli expôs sobre a importância da comunicação como possibilidade de incrementar uma imagem institucional positiva, destacando o alcance das redes sociais nos dias atuais. Ronaldo Silva explanou que a Secretaria de Comunicação Social constatou que a ferramenta que contabilizava o número de acessos apresentou problemas e a projeção das metas aprovadas em revisão anterior foi realizada tendo como base valores não fidedignos. Após ajustes, foi possível rever os cálculos tendo como referência o volume de acessos de 2018 e considerando ainda a necessidade de incluir no computo do indicador os acessos ao *Instagram* e a revisão dos conceitos das variáveis existentes, a SECOM propôs revisão do indicador. Os presentes acataram a proposta que será submetida a apreciação da Comissão de Gestão Estratégica; e Indicadores 54 - Número médio de dias despendidos na fase interna para realização de aquisições por Pregão Eletrônico (PE) e 56 - Percentual de proposições de contratação de bens e serviços protocoladas na SELC no primeiro semestre do exercício financeiro: André Mascarenhas esclareceu que em que pese a existência dos fatores que contaminam os prazos conforme elencados na RAE anterior (recesso intercalado, recurso, pregão foi repetido após fracasso ou deserção, arquivado por desistência do demandante, registros de prazos após aprovação do Cgov-TIC, registros de prazos após nova decisão de contratar, suspensão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

do PE para nova instrução e adequação à IN5, reunião de dois processos de aquisição, impugnação do edital, dentre outros), é possível empreender melhorias nos fluxos, por meio do redesenho dos processos internos e dos parâmetros da governança de aquisição, que dentre outros objetivos permitirá a redução dos prazos de maneira geral, o que está sendo construído pelas unidades envolvidas por meio do Projeto Governança de Aquisições, corroborando com o já exposto pela Diretora de Administração. O Diretor-Geral, Douglas Eros, lembrou a importância do Plano de Aquisição recentemente publicado, neste contexto, e reforçou a necessidade premente da revisão dos fluxos de trabalho e para tanto conta com o apoio do Escritório de Processos de Trabalho, pois todas as ações contribuirão para a melhoria da governança. André Mascarenhas sugeriu, ainda, que seja criado um novo indicador estratégico que permita aferir a adesão institucional ao Plano de Aquisições nos moldes que a DTIC possui. Dando continuidade, Patrícia Reis apresentou o desempenho das metas nacionais. Esclareceu que a apuração demonstra que as metas IPJ - Índice de Processos Julgados, IPA - Índice de Processos Antigos, IE - Índice de Execução e IRA - Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes apresentaram resultados satisfatórios. Já o ICONC - Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento e o IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas apresentaram desempenho abaixo do previsto.

METAS GERAIS 2018	1º GRAU	2º GRAU	Resultado
*Meta 1: Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no ano corrente	140,18%	103,68%	126,95% Meta Cumprida
Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016, no 1º e 2º graus	103,57%	102,70%	103,42% Meta Cumprida
Meta 3: Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais	84,01% (CSJT)	-	84,01% Meta Não Cumprida
*Meta 5: Baixar pelo menos 92% da quantidade de casos novos de execução iniciada no ano corrente	115,00%	-	115,00% Meta Cumprida
*Meta 6: Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau e até 31/12/2016 no 2º grau	97,69% Meta Não Cumprida	99,82% Meta Não Cumprida	
Meta 7: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020			131,51% Meta Cumprida

Patrícia Reis ressaltou a importância de se fazer uma análise mais pormenorizada das metas definidas pelo CNJ, uma vez que a alteração dos percentuais de cumprimento pode gerar uma percepção equivocada em relação do desempenho do TRT3, uma vez que mesmo com o cumprimento das metas, há uma curva ascendente no crescimento dos acervos. A Chefe da Seção de Planejamento e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Estatística esclareceu, ainda, que a Meta 6 – IACJ foi cumprida no segundo grau. Entretanto, o problema só foi identificado após o fechamento dos sistemas nacionais e por este motivo não foi possível retificar, em que pese ter sido enviado a solicitação para o CSJT. Destacou, também, que a Coordenadoria de Gestão Estratégica do CSJT informou, por telefone, que os dados nacionais já estavam em fase de compilação e que mesmo se fosse autorizada a retificação, as mudanças não seriam retratadas no relatório que será divulgado. Em relação as metas específicas da JT, os dados foram:

METAS ESPECÍFICAS 2018	RESULTADO
Meta 1 - <u>iGov</u> Pessoas	100% (previsto 40% / realizado 59%) Meta cumprida
Meta 2 IEOD: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em 2 pontos percentuais em relação à média de 2011, 2012, 2013, em 2017	94,27% (85,13% previsto / realizado 80,25%) Meta Não Cumprida
Meta 3 - <u>iGov</u> TJ	100% (previsto 40% / realizado 59%) Meta cumprida
Meta 4 TMDP2: Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2016, em 2%	72 dias (97,15%) Meta cumprida
Meta 5 TMDP1c: Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase conhecimento: Reduzir o prazo médio em 2% em relação ao ano base 2016	217 dias (52,36%) Meta Não Cumprida (147 dias)
Meta 12 - <u>IGov</u>	100% (previsto 40% / realizado 69%) Meta cumprida
Meta 13 - IAM: Índice de alcance de metas: atingir e manter a pontuação entre 62 e 78% até 2020	100% (62% previsto / realizado 62%) Meta cumprida

Telma Bretz, Diretora Judiciária, discorreu sobre os desafios na elaboração do Relato Integrado, quando da necessidade de avaliar o resultado apurado da meta Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª instância, considerando que o resultado insatisfatório não necessariamente retrata uma falta de empenho institucional. Solicitou ajuda à Seção de Planejamento e Estatística no sentido de averiguar se é possível analisar os dados sob outra perspectiva. Victor Aubin informou que irá estudar, se estatisticamente, é viável utilizar a mediana como parâmetro de análise. Ato contínuo, o servidor Bruno Torrozo apresentou o andamento da execução dos projetos estratégicos em 31.12.2018, destacando que 20,75% dos projetos estavam em andamento, sem entraves; 24,53% encerrados-concluído, 20,75% foram encerrados-cancelado, 11,32% com andamento com entrave pontual, 7,55% dos projetos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

apresentavam algum tipo de entrave grave; 5,66% em planejamento, 7,55% suspensos e 1,89% não foram iniciados. Na sequência Bruno Torrozo passou a especificar quais programas e projetos estratégicos se encontravam com algum tipo de entrave grave na execução: PROJ15012 - Otimização do Processo de Aquisições, considerando a criação do Projeto Governança de Aquisições que irá encampar as principais entregas não realizadas do PROJ15012, foi autorizado que o Escritório de Projetos tome as medidas necessárias para possibilitar seu encerramento, com conclusão parcial; PROJ 15020 Implantação do SIGEP, Patrícia Reis explanou que o atraso nas entregas de módulos que estão sendo construídos por outros regionais poderá prejudicar o andamento da execução do projeto internamente. Douglas Eros informou o TRT2 e TRT15 se comprometeram em entregar o Portal do SIGEP, para homologação, em março; PROG 15011 Programa Trabalho Saudável e Seguro: Bruno Torrozo dispôs sobre a dificuldade na contratação e/ou execução de diversos contratos que suportavam a execução dos projetos vinculados ao programa em questão. Gilberto Atman, reiterou que em dadas situações as regras do jogo são alteradas durante a tramitação processual, com exigências extras, o que gera retrabalho e atraso nas contratações, com conseqüente dilação dos prazos, o que contou com a anuência de André Mascarenhas. Thais Cruz ressaltou que Câmara Técnica de Licitações e Contratos, constituída por meio da Resolução GP N. 76, de 17 de julho de 2017 possui dentre as suas atribuições dirimir as dúvidas que por ventura existam nos processos de aquisição. Mediante as colocações o Diretor Geral ressaltou a importância da uniformização dos entendimentos jurídicos e os presentes acordaram que o servidor Igor Jones, por meio do Projeto Governança de Aquisições, parte integrante do Programa Governança, irá coordenar reuniões de forma a possibilitar a uniformização acima sugerida; 15028 - Implantação do Novo Fórum de Belo Horizonte, Ana Rita Gonçalves Lara informou que os rumos do projeto ainda são incertos e que se fará necessário estudos para avaliar as alternativas possíveis em que pese o projeto estar suspenso pela Presidência do Regional. Bruno Torrozo destacou, ainda, que em razão da aposentadoria da servidora Lúcia Nádia Sena Piconi, o Projeto Estratégico Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos se encontra sem gerente e sugeriu a indicação da servidora Verônica Peixoto de Araújo do Nascimento, lotada na Secretaria de Documentação, em substituição. Telma Bretz autorizou que a servidora seja contactada pelo EPRO para verificar o real interesse. Após, Patrícia Reis apresentou as principais alterações sugeridas para a revisão da Resolução n.24 de 24/07/2015, que foram acatadas pelos membros do Grupo, a saber: I) necessidade de atendimento as demandas do Plano de Ação - Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – TCU: a) o modelo explicita as diretrizes para desdobramento da estratégia e b) o modelo explicita as diretrizes para envolvimento de partes interessadas internas e externas à organização na formulação e gestão da estratégia; II) revisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

dos membros do Grupo Estratégico, acrescentando: Assessor da Vice-Corregedoria Regional, Secretário de Processo Judicial Eletrônico, e-Gestão e Tabelas Unificadas, Coordenador da Comissão Auxiliar da Diretoria do Foro de BH e Secretário de Controle Interno e III) inclusão da cláusula: “Todo responsável por um objetivo estratégico designado no Plano Estratégico do Tribunal deve avaliar o cumprimento do objetivo sob sua responsabilidade e, sempre que necessário, propor medidas para melhorar os respectivos resultados”. Por fim, Patrícia Reis informou que de acordo com o combinado em reunião anterior, a grande maioria das unidades enviaram a planilha, devidamente preenchida, sobre gestão de dados administrativos.

ASSUNTO	Exigência legal	Origem da demanda	Dono da informação	Periodicidade	Quem define os parâmetros para o cálculo	Quem apura os dados	Onde os dados são gerados?		Publicização: site TRT	Publicização: envio de relatório
							banco de dados institucional	planilhas setoriais		

As informações foram devidamente avaliadas pela Seção de Planejamento e Estatística que constatou que os sistemas e as rotinas para geração da grande maioria dos dados envolvem operações alheias as atribuições desta unidade, inclusive os servidores nela lotados não possuem acesso aos sistemas ou controlam a emissão de planilhas diversas. Esta matéria foi debatida com servidores da SESIS e em conjunto chegou-se à conclusão que de posse do POWER BI talvez seja possível que a SPES auxilie as unidades. Oportunamente, após treinamento dos servidores da SESIS e da SPES na ferramenta supracitada, a questão poderá ser reavaliada. Em seguida, a Secretária de Gestão Estratégica, encerrou a reunião. Para constar, eu, Patrícia Helena dos Reis, , Seção de Planejamento e Estatística, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos presentes.

Douglas Eros Pereira Rangel
Diretor-Geral

Telma Lúcia Bretz Pereira
Diretora Judiciária

Ludmila Pinto da Silva
Secretário-Geral da Presidência

Ana Rita Goncalves Lara



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

Diretora de Administração

Marina Milagres Braz de Vasconcelos
Representante da Diretora de Gestão de Pessoas

Marília Souza Diniz Alves
Diretora de Orçamento e Finanças

Gilberto Atman Picardi Faria
Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações

Vinicius Moreira de Lima
Assessor da Vice-Corregedoria Regional

Renata Maria de Saft Andrade Carneiro
Representante da Secretária da Escola Judicial

Denise Maria Reis Grego
Secretária de Apoio Judiciário

Adriana Spinelli
Secretária de Comunicação Social

Sandra Pimentel Mendes
Secretária de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência

RAE 12.03.2019

DELIBERAÇÃO	RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ATUAL
1. Revisão do Indicador 24A	SECOM SPES CGE	
2. Priorização da construção/revisão dos fluxos dos processos de trabalho correlatos a aquisição	DADM SELC EPT	
3. Construção de novo indicador	DADM SELC SPES	
4. Verificar a possibilidade de avaliar a meta TMDP1, utilizando a mediana	DJ SPES	
5. Encerramento do PROJ15012 - Otimização do Processo de Aquisições	EPRO DADM	
6. Agendar reuniões para tratar da uniformização dos entendimentos jurídicos relacionados aos processos de aquisição	SEGE EPT DG ASAJ DADM SELC DTIC	Reunião1 - 25.03.2019
7. Projeto Estratégico Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos, substituição do gerente do projeto, agendar reunião de indicação	EPRO DJ SEDOC	